Órgãos de investigação: as Attorney-General's Chambers

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A Crime Division da AGC (Attorney-General's Chambers) exerce a ação penal, sua Financial and Technology Crime Division cuida de casos empresariais complexos e sua International Affairs Division é a autoridade central para cooperação jurídica internacional e extradição. Para o profissional da área de ativos digitais, o ponto decisivo é a discricionariedade da acusação. A AGC decide se imputa a um fundador cheating, fraude ou um crime regulatório e se aceita a confissão de culpa por uma imputação menos grave. Decide também se requer uma ordem de indenização com base na seção 359 do Criminal Procedure Code, que obriga o tribunal a considerar a indenização das vítimas em caso de condenação.[1] As vítimas não têm direito de ser ouvidas sobre essas questões, embora a AGC leve em conta as manifestações que recebe.

A negociação de culpa (plea bargaining) é informal, mas generalizada. Um fundador que responde a acusações da seção 409 pode, com cooperação e restituição, confessar um número menor de imputações, sendo as demais levadas em consideração na pena. Os critérios de dosimetria desenvolvidos pela High Court para cheating e criminal breach of trust dão grande peso ao valor envolvido, ao grau de planejamento, à quebra de confiança e à extensão da restituição. Na minha

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

experiência, o diálogo precoce com o CAD e a AGC por meio de advogados experientes é o fator que mais determina o resultado em um caso de colarinho branco em Singapura.

Notas

1. Criminal Procedure Code 2010, seção 359 (ordem de pagamento de indenização), Singapore Statutes Online. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com